



## ECOLOGIA AQUÁTICA: IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DE HIDROELÉTRICAS NA AMAZÔNIA

IOCCA, Fátima A. S.

Docente Pesquisadora, UNEMAT Universidade do Estado de Mato Grosso CET Centro Experimental e Tecnológico. [iocca@unemat.br](mailto:iocca@unemat.br)

---

A potencialidade hídrica do Brasil, especialmente na Região Amazônica é inquestionável, pois é o terceiro país do mundo com capacidade instalada de geração de energia hidrelétrica, considerada uma das alternativas energética de baixo custo, com grande e rápido retorno econômico. Entretanto, a competência técnica associada à exploração do potencial hídrico brasileiro, não tem considerado com o mesmo olhar a proteção ambiental, que refletira em curto espaço de tempo, na qualidade ambiental, com deterioração das condições sociais e na qualidade de vida da sociedade. Esta forma de desenvolvimento do setor energético, focado nos recursos hídricos, sem considerar os aspectos sócio/ambientais, devido a pressão desenfreada, pautadas em EIA e RIMAS, equivocados, realizados com bases em dados abrangentes, que na maioria das vezes não reflete as peculiaridades regionais, acarretará catástrofes ambientais e aumento da exclusão social. Este quadro não é alarmante e muito menos pessimista, mas sim realista, quando focamos a região norte do estado de Mato Grosso, integrante da Amazônia Legal, onde os próprios relatórios da ELETRONORTE citam o “vazio científico” que existe na região, ou seja, ainda carece de pesquisas em todas as áreas do conhecimento, contrapondo com o discurso “o interesse nacional se sobrepõe as demandas regionais”. É pertinente questionarmos e refletirmos a quem realmente interessa o barramento dos rios contribuintes da bacia do Rio Tapajós e demais rios que formam o Rio Amazonas, bem como se queremos pagar o preço, assinando um cheque em branco? São vários questionamento associados a implantação de UHE na região norte do Estado de Mato Grosso, denominada “COMPLEXO HIDRELÉTRICO DO RIO TELES PIRES”, destacando os impactos no Rio Teles Pires/São Manoel e seus contribuintes, como: alteração da estrutura trófica das comunidades aquáticas, devido à alteração de habitat de lótico para lântico, com reflexos ambientais e econômicos; efeitos sinérgicos e acumulativos, causados devido à alteração de habitat (lótico para lântico) que refletira na ictiofauna, na qualidade da água, no próprio ecossistema aquático, na saúde, na atividade econômica e no lazer; alteração no fluxo dos rios e o transporte de nutrientes e sedimento, alterando habitats que interfere na migração e na reprodução de peixes; destruição da conexão do rio com as áreas inundáveis, que afetara a fertilidade natural das várzeas e os controles das enchentes; aumento da poluição da água e a acidificação dos reservatórios, lagos e rios, afetando diversas atividades econômicas que dependem dos serviços dos ecossistemas aquáticos; acentuado crescimento de ciano - bactérias, as quais produzem substâncias tóxicas que podem afetar a saúde do homem bem como causar mortalidade de animais e intoxicações; no período da seca, poderá ocorrer anoxia nos reservatórios, promovendo a mortalidade de peixes e demais organismos aquáticos, produzindo liberação de gases tóxicos; alteração na dinâmica da população de vetores associados aos ecossistemas aquáticos, com consequência sobre a saúde da população de toda a região, como das doenças Malária, Febre amarela e Dengue. Este breve panorama leva a outra reflexão, quais os custos ambientais e sociais reais? Medidas compensatórias na ordem de 0,5 a 1%, do valor do empreendimento, subsidiado, em grande proporção, com recursos públicos, são realmente compensatórias? Este é o foco da discussão, não mais pontual, mas integrada, com o olhar no ecossistema aquático e os reflexos nos demais ambientes, naturais e/ou construídos. Não podemos conceber que a implantação de “*complexos hidrelétricos* na Região Amazônica” como fato isolado, mas sim que interessa a toda a população brasileira, portanto pertinente aprofundar as discussões e compreensão de qual proposta esta planejada para o setor, exposta no Plano Nacional de Energia - PNE 2030, cujo objetivo é “*o planejamento de longo prazo do setor energético do país, orientando tendências e balizando as alternativas de expansão desse segmento nas próximas décadas*”. A região Amazônica aparece com destaque, devido a sua vasta rede hídrica.